Região de Aveiro
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

Reunião da Assembleia Intermunicipal
22 de junho de 2020
Ata nº. 1

No Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por António Maria dos Santos Sousa, ladeado pelo Vice-Presidente, Francisco José de Oliveira Martins e pelo Secretário, Mário José Costa da Silva.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Pedro Miguel Alpoim Marques; Hilário Manuel Ferreira dos Santos; António Jorge Pereira de Oliveira; Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira; Paulo André Silva e Silva; Arménio Henrique Oliveira Martins Silva; Luís Fernando Leal Duarte de Oliveira; Herculano Miguel Pereira Caetano; Luís António Sousa Pinto dos Santos; José Manuel Oliveira Carvalho; Victor Manuel Santiago Tavares; Francisco José da Silva Ferreira; Nuno Manuel Marques Pereira; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Pedro Machado Pires da Rosa; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Fernando Manuel Martins Nogueira; Carlos Albérico de Amorim Alves; José Augusto da Luz Matos; Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva; António José Flor Agostinho; António José Carlos Pinho; João Cândido da Rocha Bernardo; António Pedro Oliveira Martins; José Alcides Ramos Pereira; Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata; Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto; Miguel da Silva Oliveira; Sérgio Daniel Santos Morais; Rui Filipe Coelho Costa; Manuel de Oliveira Reis; Alexandra Angélica Leite Oliveira Pachão; Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira; António Dias de Oliveira; Beatriz Manuel Lourenço Soares; Toni Pedro Ribeiro Martins; António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro; Juan Carlos Ferreira Martins; José Augusto Ferreira Martins; Jorge Henrique da Graça Pereira.

O Presidente da Mesa informou que o Membro David Faria Pereira Oliveira (Ovar) pediu substituição, estando presente no seu lugar, António Dias de Oliveira.

Estiveram ausentes os seguintes Membros: Arménio de Almeida Cêrca; José Gonçalo Sarmento de Rebocho Silva e Costa; Elisabete Costa Pequeno.

Iniciou-se a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior;

B – Expediente e informações;

C – Período Antes da Ordem do Dia;

D – Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2019 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2019.

Ponto 3 – Apreciação e Votação da 1ª Alteração orçamental modificativa à GOP e Orçamento 2020.

Ponto 4 - Relatório Anual de Prevenção de Riscos de Gestão 2019.

Ponto 5 - Reflexão e debate sobre "Portugal 2030 - Uma estratégia para a Região".

Seguiu-se a Ordem de Trabalhos:

A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior:

Não houve pedidos para o uso da palavra.

De seguida, colocou-se à votação a ata da sessão anterior, com o seguinte resultado:

Apreciação e Votação da ata nº 4/2019, de 9 de dezembro, aprovada por unanimidade.

B – Expediente e informações

O Presidente da Mesa informou não haver expediente nem informações a apresentar.

C – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) propôs um voto de louvor aos profissionais de saúde, das forças de segurança, da proteção civil, dos bombeiros, das instituições de solidariedade social e aos autarcas no âmbito do combate à pandemia. Questionou o ponto de situação dos descontos nas portagens, designadamente na A25 e se esse desconto será aplicado internamente ou em toda a sua extensão.

Marques Pereira (Aveiro) referiu que a intervenção do PS fica associada ao voto de louvor e endereçou uma palavra às famílias das vítimas pelo sofrimento sentido. Salientou o elevado comportamento cívico das populações da nossa região, em particular na situação excecional vivida em Ovar. Destacou o desempenho corajoso dos profissionais do setor da saúde, das forças de segurança e das autarquias. Manifestou o empenho de todos os autarcas e apoiantes do PS neste compromisso.

Hilário Santos (Águeda) manifestou uma palavra de apreço a todos os autarcas, que num momento de grande dificuldade tiveram capacidade de encontrar soluções, substituindo-se ao poder central e desafia a CIRA para que lidere este combate, criando já medidas, de forma articulada, para uma 2ª vaga. Solicitou esclarecimentos do processo de renegociação do EVEF - Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da AdRA - Águas da Região de Aveiro e solicitou o ponto de situação da ligação rodoviária Aveiro-Águeda. Lançou um desafio para que a CIRA pense num projeto regional nos RSU - resíduos sólidos urbanos, face às dificuldades de resposta em alguns concursos públicos, que ficaram desertos, recordando que a génese da criação das Comunidades Intermunicipais é também encontrar soluções mais amplas. Referiu que Aveiro está a conseguir avançar no CHBV - Centro Hospitalar do Baixo Vouga, mas subsistem grandes incertezas de qual vai ser o caminho do CHBV, em Águeda particularmente.

António Monteiro (Sever do Vouga) expressou uma palavra de elogio aos municípios, pois só com o trabalho dos autarcas foi possível conter o surto da pandemia. Referiu que na região há capacidade de reação, sublinhando a importância da cooperação entre os municípios da Região de Aveiro e sublinhou a importância de perceber a estratégia de investimento que é possível alavancar, de forma a que se consiga manter a economia. Manifestou preocupação com o apoio aos locais dos mais idosos e sublinhou que ficou claro que a questão da saúde é central na região, reforçando a importância do CHBV.

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) lamentou que a unidade de saúde de São João de Loure tenha encerrado e tenha sido instalada em Angeja. Subscreveu o voto de louvor, mas deve-se acrescentar os trabalhadores privados e os empresários deste país, que sempre estiveram a trabalhar, estão na linha da frente e numa situação vulnerável.

José Carvalho (Anadia) subscreveu as intervenções no âmbito da pandemia, reforçando que não podemos esquecer ninguém neste voto de louvor e felicitou as autarquias pela capacidade de gerir a pandemia. Endereçou uma palavra especial de solidariedade a Ovar, que sofreu um cerco sanitário e elogiou a coragem do Presidente da CIRA em criticar a falta de meios e de logística para podermos ser mais eficazes neste combate. Enalteceu a articulação entre as IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social, Juntas de Freguesias e Bombeiros no processo dos testes.

Juan Martins (Vagos) agradeceu às pessoas que trabalham nas IPSS, abandonadas no primeiro período da pandemia e que estiveram sempre na linha da frente, e também agradeceu aos autarcas, designadamente a Ovar, pela coragem que teve para realizar o cerco sanitário. Criticou a incerteza sobre as datas para abrir as creches e o pré-escolar nas IPSS e questionou se a responsabilidade pelos testes para essa reabertura era da CIRA, conforme lhe foi transmitido pela Segurança Social.

O Presidente do Conselho Intermunicipal, sobre a questão dos descontos nas portagens, referiu que a CIRA tem uma proposta diferente. Informou que solicitou à Ministra Ana Abrunhosa uma explicação de como funciona esta medida e não tem, até ao momento, conhecimento de nenhum normativo ou documento explicativo, mas foi-lhe transmitido que não se aplica à região de Aveiro.

O Presidente do CI agradeceu e subscreveu os comentários de todos relativamente à COVID e enaltece o importante trabalho realizado pelos jornalistas. Destacou a coordenação de ações políticas, a aquisição de materiais em conjunto e a realização de campanhas de angariação. Referiu que a questão dos testes foi uma das mais difíceis e delicadas de realizar, procurando pontes entre as instituições, em equipa, com o CHBV e o seu laboratório, o ACeS Baixo Vouga – Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga, que foi a entidade responsável pela realização das colheitas nos lares, aos idosos e aos funcionários, e que desdobrava o planeamento da operação com as IPSS e com as equipas de saúde pública de cada um dos municípios, identificando os locais mais prioritários. Destacou o papel da Universidade de Aveiro, que montou um laboratório para realizar testes COVID, demonstrando as muitas capacidades que tem na área da saúde, quer de investigação, quer de formação, relembrando

que só depois é que surgiu um programa do Ministério do Trabalho e Segurança Social para financiar os testes. Lamentou que a Segurança Social não tenha existido neste combate.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que a Segurança Social realizou o diagnóstico das creches sem o conhecimento dos Municípios, sem qualquer contacto oficial prévio com a CIRA ou com as Câmaras Municipais, ao contrário do que aconteceu nos lares, em que tudo foi tratado com contactos prévios e oficiais, e executado com o devido e atempado planeamento e trabalho de equipa entre entidades, ficando neste caso a responsabilidade exclusiva no Instituto da Segurança Social.

O Presidente da Mesa entendeu não haver necessidade de votação do voto de louvor, dando-o por aprovado, considerando o unânime consenso nas intervenções.

D – Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

O Presidente do Conselho Intermunicipal destacou o Programa Educ@RA, um instrumento novo, também adaptado a este tempo de escolas encerradas, e o Programa PAPERA 2020, no qual a esmagadora maioria dos eventos foi cancelada, havendo o compromisso de que os eventos com edição em 2021, e não em 2020, terão financiamento garantido; informou que será lançado o PAPERA 2021.

Sobre a questão da AdRA, aponta-se o segundo semestre de 2020 para a revisão do EVEF, estando incluído o revisitar do capital social, esperando-se o empenho e a disponibilidade do acionista maioritário. Referiu que se está a terminar o estudo da AdP – Águas de Portugal, para a eventual retirada da SIMRia - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria da AdCL - Águas do Centro Litoral, com a possível fusão com a AdRA, e ainda a outra hipótese do estudo, de integração com as Águas do Carvoeiro, um cenário que tem na base a ideia antiga defendida pela CIRA.

Relativamente à ligação Aveiro-Águeda informou que existe o compromisso da disponibilidade do Ministro Pedro Nuno Santos, para ativar esta matéria, numa operação delicada sem financiamento garantido.

No que diz respeito aos RSU, informou que foi decidido não concertar realidades profundamente diferentes, com compromissos não sincronizáveis e outros já assumidos. Em Aveiro houve resposta ao concurso público, bem como noutros municípios.

Relativamente ao CHBV referiu que é bom que estejamos atentos a tudo e informou que a atual administração contratou a Universidade de Aveiro para atualizar o nosso estudo. Referiu que se está a ultimar o documento com os termos de referência para o concurso do projeto de execução da ampliação e qualificação do Hospital Infante D. Pedro, num quadro que integra Águeda e Estarreja, e informou que se está a atualizar o Plano Diretor do Hospital, já vertido no projeto de ampliação.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) congratulou-se com os desenvolvimentos na ligação Aveiro-Águeda e entende que Albergaria-a-Velha se deve associar a este esforço e promover acessos a esta ligação rápida. Manifestou orgulho no Presidente da CIRA, que pugnou pela defesa dos interesses da região neste período de COVID, quando se percebia as tentativas de deslocalização dos recursos para outras regiões. Lamentou o que se passou no período de cheias, lembrando os piores anos, apelando a uma tomada de posição da CIRA para que no futuro esta gestão seja mais integrada e efetiva.

José Matos (Estarreja) solicitou esclarecimento sobre o ponto 5 relativo ao transporte rodoviário na região. Considerou importante agendar um ponto na próxima reunião da Assembleia Intermunicipal sobre o CHBV e sugere o convite à Presidente do Conselho de Administração. Referiu que as unidades de Estarreja e Águeda também precisam de ser requalificadas. Recordou que a valência da cirurgia de ambulatório tem dado voltas e agora deverá vir para Aveiro, face às novas instalações. Considerou que há muita dificuldade no acesso aos cuidados primários, principalmente das populações mais velhas.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que o traçado da ligação Aveiro-Águeda já está definido há muito tempo e terá acessos.

Relativamente à Barragem de Ribeiradio considerou que é fundamental criar uma rede de entidades para coordenar a dupla barragem e a central hidroelétrica, que tenha capacidade operacional e que junte as entidades pertinentes, com mecanismos de articulação. Informou que

a definição da cota na barragem é definida pela APA – Agência Portuguesa de Ambiente e pela EDP.

Reiterou que sempre que falamos em Centro Hospitalar do Baixo Vouga estamos a falar nos 3 polos e que devemos capitalizá-lo em valências e recursos humanos para não ser esvaziado para Coimbra. Informou que tem agendada uma reunião do Conselho da Comunidade do ACeS.

Tomado conhecimento da Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2019 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2019.

O Presidente do Conselho Intermunicipal apresentou sucintamente o documento, revelador do que se fez e não se fez, com as respetivas taxas de execução, considerando um ano positivo, com muito projetos que seguem para 2020 e alguns para 2021, demonstrando uma gestão tranquila e equilibrada.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Miguel Oliveira (Águeda) solicitou esclarecimentos sobre a reserva do Revisor Oficial de Contas de não haver suporte legal para as alterações de redução global de investimento realizado, pelo montante de 4.828.424 de euros, considerando que a questão ficaria sanada se tivesse havido uma reunião da Assembleia Geral da Polis.

O Presidente do CI informou que a Polis Litoral Ria de Aveiro está em liquidação pela Lei do Orçamento de Estado em vigor; no entanto, na semana seguinte à sua aprovação tivemos informação para se poder efetuar novos projetos e novas candidaturas. Entende que a Polis tem sido positiva para a Ria de Aveiro, com operações muito importantes em curso, designadamente o desassoreamento. Considerou a reserva do ROC correta, referindo que as Assembleias Gerais são difíceis de realizar, faltando um Decreto de Lei para colocar em Lei o que os acionistas já acordaram há muito.

Prestação de Contas 2019 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2019, aprovada por maioria, com nove abstenções, dos Membros Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira, António Dias de Oliveira, Pedro Machado Pires da Rosa,

Nuno Manuel Marques Pereira, João Cândido da Rocha Bernardo, Beatriz Manuel Lourenço Soares, António Jorge Pereira de Oliveira, António Pedro Oliveira Martins e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Ponto 3 - Apreciação e Votação da 1ª Alteração orçamental modificativa à GOP e Orçamento 2020.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que o documento integra o saldo sem alteração do orçamento, estando disponível para prestar esclarecimentos.

José Matos (Estarreja) solicitou esclarecimentos sobre a rede de transportes.

O Presidente do CI referiu que os transportes é um dos sectores que teve um impacto violento com esta situação do COVID. Informou que o mercado não quis a nossa proposta, numa realidade pré-COVID e que as empresas consideraram o nosso caderno de encargos muito exigente; agora, ou aumentamos a subsidiação, ou reduzimos as exigências de serviços. Iniciou-se uma discussão interna sobre o que poderíamos mudar, mas com a chegada do COVID deparámo-nos com um problema novo e ainda não se sabe quais os impactos de tudo isto. Referiu que se tem de entender a nova realidade e quais as novas condições para se poder lançar um novo concurso. Considerou que o financiamento dos municípios tem de ser superior e o PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos tem de ter outra dimensão financeira.

1ª Alteração orçamental modificativa à GOP e Orçamento aprovada por maioria, com nove abstenções, dos Membros Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira, António Dias de Oliveira, Pedro Machado Pires da Rosa, Nuno Manuel Marques Pereira, João Cândido da Rocha Bernardo, Beatriz Manuel Lourenço Soares, António Jorge Pereira de Oliveira, António Pedro Oliveira Martins e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Ponto 4 - Relatório Anual de Prevenção de Riscos de Gestão 2019.

O Presidente do CI referiu que a gestão tem poucos riscos e é gerida de forma tranquila, apresentando um relatório simples e quase igual aos anteriores.

Não houve pedidos para o uso da palavra.

Tomado conhecimento do Relatório Anual de Prevenção de Riscos de Gestão 2019.

Ponto 5 - Reflexão e debate sobre "Portugal 2030 - Uma estratégia para a Região"

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que é preciso contextualizar este documento, que foi fechado na reunião do Conselho Intermunicipal de janeiro e apresentado ao Governo em fevereiro, sendo um documento pré-COVID. Considerou um documento aberto, maduro, resultante do trabalho desenvolvido com a Universidade de Aveiro e que importa, nesta fase, ouvir o CEDI - Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal e a Assembleia Intermunicipal. Afirmou que queremos enriquecer o documento com contributos do Governo e da CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, olhando às novas realidades. Considerou que hoje há áreas que devemos enfatizar mais – ação social, saúde, ambiente, turismo – e que temos um instrumento novo que podemos vir a aceder, a proposta da Comissão Europeia, o designado mecanismo europeu de resiliência e recuperação. Referiu que na prática é o reforço do Portugal 2020, uma vez que regulamentar este novo mecanismo demoraria 2 anos. Concluiu que, globalmente o texto da EIDT - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial 2030 da Região de Aveiro está bem, mas há alterações que têm de ser incorporadas com esta nova realidade.

António Monteiro (Sever do Vouga) considerou que é preciso enquadrar o tempo do documento, assumindo-se que é um documento de trabalho, com matéria consolidada, mas não está atualizado com as questões relacionadas com o surto de COVID, nem com as novas medidas necessárias no âmbito do mecanismo da Comissão Europeia. Entende que esta nova realidade obriga a repensar o objetivo de sermos uma região segura, quer na vertente da saúde pública, quer na vertente da proteção civil. Referiu que a região terá de olhar mais para a indústria e repensar a âncora do turismo, uma vez que se desconhece o tempo de retoma deste setor.

Fernando Nogueira (Aveiro) destacou o domínio da governação e a qualificação dos recursos, bem como a capacidade de transferir esses recursos entre setores, que são conexos. Deu o exemplo da barragem, referido hoje, demonstrativo do baixo nível da governação no setor Mar e Ria, revelando a importância da gestão conjunta, com vantagens regionais e territoriais. Considerou que existem grandes oportunidades nos desafios das alterações climáticas.

José Matos (Estarreja) considerou que hoje não há tempo para tratar esta matéria com profundidade e sugeriu agendar este assunto para outra reunião, designadamente uma reunião extraordinária, com a possibilidade de integrar contributos pertinentes.

José Carvalho (Anadia) considerou que se está a preparar um documento de investimentos de longo prazo e que neste momento é difícil a sua análise e discussão, reconhecendo que em anos de transição de quadros comunitários de apoio é complicado criar uma base financeira sustentável para concretizar estas operações, num momento em que se desconhecesse esse envelope financeiro. Considerou que há pontos que devem ser discutidos e que deve haver maior equidade territorial, com melhor distribuição dos recursos.

Hilário Santos (Águeda) sugeriu o agendamento de uma reunião extraordinária em julho.

O Presidente do Conselho Intermunicipal agradeceu as observações, recordando que há um consenso global relativamente ao documento, que precisa de pequenos reparos e integração de aspetos referidos hoje, condicionados pela nova realidade pandémica. Considerou que existem incertezas quanto ao futuro e que há vontade de trazer, uma vez mais, o documento a discussão na Assembleia Intermunicipal antes de fechar a versão definitiva. Reiterou que o documento está em aberto, apelando ao envio de sugestões.

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas por unanimidade, as deliberações em minuta dos pontos 2 e 3.

Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.

Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
António Maria dos Santos Sousa

Região de Aveiro
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Francisco José de Oliveira Martins

Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Mário José Costa da Silva